

Nota Informativa

Edição XXX/2023

DESTAQUES

Brasil trabalha para anunciar na cúpula do Mercosul conclusão do acordo com União Europeia, dizem fontes do Itamaraty

'DOU' traz decreto que cria Programa Brasil Mais Produtivo

Confederação do Comércio demonstra preocupação com mudanças no trabalho em feriados

Comissão interministerial prepara 'mapa da escassez' em habilidades digitais

TCU abre nova investigação sobre falhas de cibersegurança em órgãos públicos

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Câmara promoverá seminário sobre conectividade no Brasil

Brasil vai presidir pela primeira vez comissão de espectro na UIT

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Lula define indicados ao Cade; veja quem deve ser confirmado para o conselho

Anatel aprova lista de substitutos até indicação de novo conselheiro

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Desaceleração econômica já era esperada para o segundo semestre

Déficit zero vai exigir quanto de bloqueio de gastos? Haddad vê 'só' R\$ 25 bi; entenda

Arrecadação federal deve ter redução de R\$ 62 bi por compensações tributárias

Há diferença grande entre expectativa do mercado para fiscal e fala do governo, diz Campos Neto

Impacto de choques fiscais na inflação é persistente, diz Diogo Guillen, do BC

STF tem maioria para manter decisão que pode aumentar arrecadação

ORÇAMENTO

PLDO de 2024 ainda apresenta lacunas nos riscos fiscais, adverte TCU

Manutenção da meta zero exigirá contingenciamento de ao menos R\$ 20 bilhões

Mudança na meta não pode ocorrer via LOA e exigiria empurrar votação da LDO no

plenário

Relatório final da LDO deve ser apresentado terça-feira

Comissões aprovam emendas ao Orçamento e à LDO 2024

POLÍTICA

Lira enterra criação de nova emenda e busca turbinar as já existentes, contrariando os interesses do Planalto

PT avalia manutenção de déficit zero como erro político

Relator diz que novo tipo de emenda para parlamentares pode ficar para 2025

RELAÇÕES EXTERIORES

Acordos e exigências permeiam debates do Brasil com europeus

DESTAQUES

Brasil trabalha para anunciar na cúpula do Mercosul conclusão do acordo com União Europeia, dizem fontes do Itamaraty

Poder Executivo | 17/11/2023 – 13h10min

Fontes do Itamaraty afirmam que o governo brasileiro trabalha para conseguir anunciar ainda durante a cúpula do Mercosul, que ocorrerá nos dias 6 e 7 de dezembro, no Rio de Janeiro, a conclusão do acordo comercial do bloco sul-americano junto à União Europeia. Durante os meses de setembro e outubro, negociadores dos dois blocos se reuniram, presencial e virtualmente, e diplomatas que participam ativamente da negociação destacam que “houve avanços significativos nas últimas semanas”. Representantes do Mercosul reafirmaram aos europeus os compromissos já assumidos, sobretudo a respeito do desenvolvimento sustentável e do comércio. Apesar dos avanços, todos os lados ainda adotam a cautela sobre a conclusão do acordo, negociado desde 1999. Fonte: G1 Notícias

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

'DOU' traz decreto que cria Programa Brasil Mais Produtivo

Poder Executivo | 17/11/2023 - 08h26min

O "Diário Oficial da União" (DOU) da sexta-feira (17) traz decreto assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva que cria o Programa Brasil Mais Produtivo e seu respectivo Comitê de Orientação Estratégica. O programa visa elevar os níveis de produtividade, de eficiência e de maturidade digital nas empresas brasileiras, por meio de ações de extensionismo técnico e tecnológico e consultoria técnica especializada, de difusão de tecnologias voltadas para transformação digital e de concessão de crédito para apoio à digitalização e à inovação. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Confederação do Comércio demonstra preocupação com mudanças no trabalho em feriados

Poder Executivo | 16/11/2023 – 16h02min

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) divulgou nota, na quinta-feira (16), na qual demonstra "preocupação" com a decisão do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que revogou portaria que facilitava o trabalho em feriados. Na

terça-feira (14), foi publicada portaria, no Diário Oficial da União, que revogou a autorização permanente de trabalho aos domingos e feriados. Essa medida havia sido tomada em 2021, pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), na gestão de Onyx Lorenzoni na pasta. A norma atinge principalmente os supermercados, farmácias, atacados, distribuidores de produtos alimentícios e feiras livres. Com a nova portaria, o trabalho aos feriados só será permitido com previsão na convenção coletiva da categoria, bem como autorização em legislação municipal. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Comissão interministerial prepara ‘mapa da escassez’ em habilidades digitais

Poder Executivo | 16/11/2023

O governo federal instalou nesta semana a Comissão Interministerial de Qualificação Profissional, Emprego e Inclusão Socioeconômica do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Qualifica-PAC), que discutirá capacitações a serem oferecidas à população em geral e aos agentes públicos por meio de parcerias público-privadas. Um dos setores prioritários é o de transformação digital. De acordo com a Casa Civil, que coordena o Qualifica-PAC em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o colegiado “vai elaborar o ‘mapa da escassez’, com identificação dos locais onde a demanda ultrapassa a oferta de quadro técnico qualificado”. Compõem a Comissão, além do MTE e Casa Civil, os Ministérios da Educação (MEC), do Desenvolvimento; da Indústria, Comércio e Serviços; da Ciência, Tecnologia e Inovações; da Fazenda; do Planejamento e Orçamento; do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; e da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Fonte: Tele Síntese

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TCU abre nova investigação sobre falhas de cibersegurança em órgãos públicos

Poder Executivo | 16/11/2023

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou a realização de auditoria em órgãos públicos para analisar vulnerabilidades nas medidas de cibersegurança relacionadas ao uso do serviço de diretório Microsoft Active Directory (AD). A decisão foi publicada nesta semana, conforme entendimento firmado na última reunião plenária, realizada na quinta-feira, 8. A proposta partiu da Unidade de Auditoria Especializada em Tecnologia da Informação (AudTI), no âmbito de programa que visa contribuir para a redução de riscos no caminho (path) de ataque de ransomware. “Devido a falhas de configurações dos Serviços de Domínio Active Directory (AD-DS) das organizações públicas poderá ocorrer o comprometimento dos domínios de rede das organizações, o que poderá levar à exfiltração, ao sequestro ou à destruição de informações por meio de ataques de ransomware e impactar negativamente a prestação de serviços públicos ao cidadão bem como a imagem da organização”, consta na solicitação da área técnica. Fonte: Tele Síntese

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Câmara promoverá seminário sobre conectividade no Brasil

Poder Legislativo | 16/11/2023 - 19h34min

A Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação da Câmara dos Deputados promove seminário na terça-feira (21) com o tema "Conectividade universal e significativa: o poder do digital transformando o Brasil". O evento conta com a participação das comissões de Comunicação e de Educação. A iniciativa da realização do seminário partiu da deputada Luisa Canziani (PSD-PR), com apoio dos deputados Raimundo Santos (PSD-PA), Gilvan

Maximo (Republicanos-DF), Amaro Neto (Republicanos-ES), Franciane Bayer (Republicanos-RS) e Maria Rosas (Republicanos-SP). Segundo os deputados, as discussões terão como base as diretrizes da Constituição brasileira e do marco civil da internet, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil e atribui as diretrizes para a atuação do Estado. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Brasil vai presidir pela primeira vez comissão de espectro na UIT

Poder Executivo | 16/11/2023

Durante as reuniões da Assembleia de Radiocomunicações 2023 (RA-23), realizadas entre 13 e 17 de novembro, em Dubai, Emirados Árabes Unidos, representantes do Brasil foram escolhidos para cargos de presidência e vice-presidência de grupos de estudo do Setor de Radiocomunicações da União Internacional de Telecomunicações (UIT-R). Thiago Soares, servidor da Anatel, lotado no Ministério das Comunicações, foi escolhido para a presidência da CE6; Luciana Ferreira da Gerência de Espectro, Órbita e Radiodifusão (ORER) para a vice-presidência da CE4; Raphael Garcia, superintendente de Gestão Interna da Informação (SGI) para vice-presidência da CE5; Tarcísio Bakaus da Gerência de Espectro, Órbita e Radiodifusão (ORER) para vice-presidência do Grupo Assessor de Radiocomunicações (RAG); e Afonso Rocha da Gerência de Outorga e Licenciamento de Estações (ORLE) para vice-presidência da reunião preparatória para a próxima conferência mundial (CPM-27). Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Lula define indicados ao Cade; veja quem deve ser confirmado para o conselho

Poder Executivo | 17/11/2023 – 13h18min

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva definiu a lista de nomes que serão indicados para compor o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica). O anúncio, que deve ocorrer em breve, era bastante aguardado, já que o tribunal perdeu o quórum mínimo no início deste mês e está paralisado. Segundo apurou a CNN com fontes do alto escalão do governo, os quatro conselheiros indicados devem ser: José Levi, ex-ministro da Advocacia-Geral da União no governo Jair Bolsonaro; Camila Cabral, ex-economista-chefe do Cade; Diogo Thomson de Andrade, atual superintendente-adjunto do órgão; e Carlos Jacques, consultor do Senado. Fonte: CNN Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Anatel aprova lista de substitutos até indicação de novo conselheiro

Poder Executivo | 16/11/2023

O Conselho Diretor da Anatel aprovou a lista de substituição para a vaga do conselheiro Moisés Moreira, cujo mandato se encerrou em 4/11. Foram indicados oito superintendentes, dos quais serão escolhidos três nomes pelo presidente da República. Os substitutos podem atuar pelo período máximo de 180 dias, sucedendo-se na ordem da lista tríplice. A vigência da atual lista de substitutos expira em 30 de janeiro de 2024 e há necessidade de se encaminhar uma nova lista até o dia 31 de dezembro de 2023 (art. 10, § 3º, da Lei nº 9.986/2000). Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Desaceleração econômica já era esperada para o segundo semestre

O Índice de Atividade Econômica (IBC-Br), divulgado na sexta-feira, pelo Banco Central do Brasil (BC), registrou um ligeiro recuo de 0,06%. Essa é a segunda queda seguida do indicador, considerado uma prévia do Produto Interno Bruto (PIB). Em agosto, a retração havia sido de 0,77%. Essa desaceleração, no entanto, já estava na conta dos economistas e a maioria continua a prever um crescimento para este ano em torno dos 3%. De janeiro a setembro, o IBC-BR acumula alta de 2,77%. O economista Claudio Considera, coordenador de Contas Nacionais do FGV Ibre, diz que a má notícia é que 2024 começará com a economia desacelerada. Não à toa, diz Considera, as estimativas de crescimento para o ano que vem são bem mais modestas, entre 1,5% e 2%: “Ainda não consigo identificar o que levará ao crescimento da economia no próximo ano. O investimento continua caindo, máquinas e equipamentos que são indicativo de crescimento futuro também. O gasto do governo terá que ser controlado devido a meta déficit zero sob o risco de atrapalhar a trajetória descendente da inflação.” Fonte: O Globo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Déficit zero vai exigir quanto de bloqueio de gastos? Haddad vê 'só' R\$ 25 bi; entenda

Poder Executivo | 17/11/2023 – 14h32min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, avalia uma regra que irá reduzir o bloqueio (contingenciamento) de despesas no próximo ano para no máximo R\$25 bilhões. O bloqueio de recursos é praticamente dado como certo diante da manutenção da meta de déficit zero no próximo ano. O que o governo já discute agora é o bloqueio de recursos necessário para atingir esse objetivo. A lei manda o governo bloquear recursos quando percebe que não irá atingir a meta fiscal, seja porque as despesas subiram ou porque as receitas caíram. No próximo ano, o entendimento é de que será necessário fazer um contingenciamento porque a arrecadação está em queda e também porque Haddad não conseguiu aprovar integralmente as medidas de aumento de receita. Fonte: O Globo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Arrecadação federal deve ter redução de R\$ 62 bi por compensações tributárias

Poder Executivo | 17/11/2023 – 13h33min

O Ministério da Fazenda emitiu uma nota para esclarecer que o ministro Fernando Haddad disse na quinta-feira, em reunião no Palácio do Planalto, que a expectativa do governo é que haverá mais de R\$62 bilhões em 2023 de compensação tributária decorrente de decisões judiciais, o que afetará negativamente a arrecadação federal neste ano. Na quinta-feira (16), alguns veículos de imprensa noticiaram que o ministro teria dito aos participantes da reunião que o governo conseguiu R\$62 bilhões aos cofres públicos, fruto de um contencioso do Superior Tribunal de Justiça (STJ), relacionado a processos de PIS e Cofins. A reunião foi para selar a manutenção da meta fiscal zero em 2024. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Há diferença grande entre expectativa do mercado para fiscal e fala do governo, diz

Campos Neto

Poder Executivo | 17/11/2023 – 12h49min

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse na sexta-feira, 17, que há uma diferença grande entre o que o mercado acha que é possível fazer no fiscal e o que o governo tem prometido. “O Brasil é sempre uma história fiscal. Tem uma conversa muito grande em torno de se manter ou não a meta de primário. A nossa posição é de que é importante manter a meta. O mercado acredita que haverá dificuldade para atingir a meta, mas é importante insistir”, afirmou, durante participação no evento “E Agora, Brasil?”, promovido pelos jornais O Globo e Valor Econômico. Campos Neto lembrou que o novo arcabouço fiscal tem previsões do que acontece quando não se cumpre a meta. Ele repetiu que, mesmo com a nova regra fiscal, o Brasil ainda terá um gasto acima da média do mundo

emergente. “Tenho me juntado ao coro do Ministério da Fazenda de que é importante insistir na manutenção da meta e buscar as receitas. O volume de recursos necessários é bastante grande, e será necessário buscar receitas também em 2025 e 2026”, completou Campos Neto. Fonte: InfoMoney

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

Impacto de choques fiscais na inflação é persistente, diz Diogo Guillen, do BC

Poder Executivo | 17/11/2023 – 08h40min

O diretor de Política Econômica do Banco Central, Diogo Guillen, disse na sexta-feira (17) que os impactos de choques fiscais na inflação são persistentes e que, quando a dívida é maior, esse impacto também é majorado. Em seminário na Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo, Guillen também disse que, quando um choque fiscal impacta na atividade econômica, a política monetária precisa ser contracíclica. “Quando você dá um choque no resultado nominal ou quando dá um choque no resultado primário, tem um impacto sobre a inflação para cada 1%-0,5% (de impacto fiscal), e no ‘core inflation’ (núcleo da inflação) é até mais persistente”, disse Guillen, citando em sua apresentação dados do Fundo Monetário Internacional (FMI). “Quatro anos depois você ainda tem impacto no ‘core inflation’, se (o impacto) for nominal, talvez caindo no quarto ano se for impacto primário, mostrando então que há um impacto sobre a inflação e esse impacto é persistente.” Fonte: InfoMoney

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

STF tem maioria para manter decisão que pode aumentar arrecadação

Poder Judiciário | 16/11/2023 – 18h57min

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou, na quinta-feira (16), maioria de votos para manter a decisão da Corte que pode aumentar a arrecadação do governo federal. O julgamento trata da constitucionalidade da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Até o momento, seis ministros votaram pela rejeição de recursos para restringir a decisão da Corte, que, em 2007, validou a cobrança da CSLL. Apesar do entendimento formado, um pedido de vista do ministro Dias Toffoli suspendeu a conclusão do julgamento. O julgamento do caso é aguardado pela equipe econômica do governo. Com a posição favorável do STF, a Receita Federal poderá exigir o pagamento de valores retroativos a partir de 2007 e aumentar a arrecadação do governo. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

ORÇAMENTO

PLDO de 2024 ainda apresenta lacunas nos riscos fiscais, adverte TCU

Poder Legislativo | 17/11/2023 – 05h01min

Apesar de ter melhorado ao longo dos anos o anexo do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) que trata sobre os riscos fiscais à União, o governo ainda deixa de apresentar informações sobre as providências a serem tomadas se concretizados esses riscos, que podem impactar em trilhões de reais os cofres públicos. A conclusão é do Tribunal de Contas da União (TCU), em processo que analisou o PLDO de 2024. O plenário do tribunal deu ciência ao Ministério da Fazenda sobre a ausência do plano de ação, o que contraria dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A norma estabelece que a LDO terá o anexo de riscos fiscais, “onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem”. Os auditores concluíram que, ao longo dos últimos anos, o anexo está ficando mais claro e transparente com relação aos riscos que podem afetar as contas públicas, como variações macroeconômicas, decisões judiciais, garantias dadas aos entes

subnacionais, suporte financeiro a bancos e empresas estatais, entre outros. Como exemplo, citou-se a inclusão de sumário executivo, uma tabela resumo geral e uma tabela resumo de demandas judiciais. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Manutenção da meta zero exigirá contingenciamento de ao menos R\$ 20 bilhões

Poder Executivo | 16/11/2023 – 21h58min

A manutenção da meta de déficit zero para 2024 deve exigir um contingenciamento bilionário em 2024. Técnicos do governo e do Congresso divergem, no entanto, em relação ao tamanho do bloqueio necessário. Na reunião em que ficou acertado que a meta não seria alterada nesse momento, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apresentou estimativas que apontam que os cortes não devem ficar entre R\$22 bilhões a R\$26 bilhões. Já o relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Danilo Forte (União-CE), mostrou números dos técnicos da Comissão de Orçamento da Câmara, que indicam que a tesourada deve alcançar pelo menos R\$62 bilhões. O cálculo de Haddad contemplaria, no entanto, a aprovação de todos os projetos de elevação das receitas que ainda faltam ser votados na Câmara e no Senado. Já os dados do relator refletem somente o que já foi aprovado. Só uma das medidas que o governo ainda espera aprovar, a da tributação das subvenções via ICMS, pode render uma arrecadação extra de R\$35,9 bilhões em 2024, nas contas do Executivo. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Mudança na meta não pode ocorrer via LOA e exigiria empurrar votação da LDO no plenário

Poder Legislativo | 16/11/2023 – 16h59min

A estratégia do governo de esperar a votação da Lei Orçamentária Anual (LOA) para alterar a meta de resultado primário de 2024, ganhando assim mais duas ou três semanas de prazo para tomar a decisão, deverá atrasar também a aprovação do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) no plenário do Congresso Nacional. Ao decidir que não utilizaria o prazo para alterar a meta durante a votação da LDO na Comissão Mista de Orçamento (CMO), integrantes do Palácio do Planalto passaram a divulgar nos bastidores que a mudança poderia ocorrer na LOA, mas técnicos alertam que isso não é possível. A meta é determinada pela LDO e a LOA apenas tem que refletir. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Relatório final da LDO deve ser apresentado terça-feira

Poder Legislativo | 16/11/2023 – 16h28min

O governo federal afastou qualquer possibilidade de apresentar emenda ou mensagem modificativa que altere a meta fiscal de 2024 no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Na quinta-feira (16), o relator da LDO, deputado Danilo Forte (União-CE), reuniu-se com ministros da equipe econômica e da articulação política no Palácio do Planalto para tratar de possíveis emendas ao texto. “O importante é que isso dá equilíbrio, a tomada de posição e a garantia de que nós vamos trabalhar, agora, para concluir a votação do orçamento, para dar ao país um orçamento factível em 2024. Então, a possibilidade de revisão poderá advir de alguma mudança no futuro, mas, no presente, o governo manteve a meta fiscal zero”, disse o parlamentar após a reunião. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Comissões aprovam emendas ao Orçamento e à LDO 2024

As 17 comissões permanentes do Senado estão definindo as emendas que encaminharão ao projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024 (PLN 29/2023), que está em análise na Comissão Mista de Orçamento (CMO), antes de ser votado pelo Congresso Nacional. As definições das emendas continuam na próxima semana: os colegiados têm até 23 de novembro para enviá-las. Para as emendas de comissão, não existem recursos financeiros previamente reservados. Essas emendas têm que estar no âmbito das competências regimentais de cada comissão e também devem representar interesse nacional, devidamente demonstrado na justificativa de cada uma delas. As comissões também estão definindo emendas ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024 (PLN 4/2023), que estabelece prioridades e metas que estarão no Orçamento 2024. Um dos objetivos da LDO é justamente “casar” o planejamento do Plano Plurianual (PPA), que dura quatro anos, com o Orçamento anual propriamente dito, instituído pela LOA. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

Lira enterra criação de nova emenda e busca turbinar as já existentes, contrariando os interesses do Planalto

Poder Legislativo | 17/11/2023 – 04h30min

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), entrou em ação para esvaziar o plano de criação de um novo tipo de emenda parlamentar para as bancadas partidárias, em meio à investida do Congresso para controlar uma fatia maior do Orçamento da União. Ele tenta convencer lideranças da Casa a turbinar as emendas de comissões, já existentes, que representam R\$6,8 bilhões neste ano, além de tornar seu pagamento obrigatório pelo Executivo. O objetivo é encontrar uma forma de substituir o orçamento secreto, extinto pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em dezembro de 2022, e cujo valor previsto para 2023 era de R\$19,4 bilhões. Autor da proposta de uma nova modalidade de emenda, o relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Danilo Forte (União-CE), admitiu na quinta-feira que a ideia deve ficar fora do Orçamento do ano que vem. Batizado de RP5, o repasse seria controlado pelos líderes partidários e distribuído de acordo com a representatividade das siglas no Congresso. Isso diluiria o poder do presidente da Câmara, que costuma capitanear as negociações de destinação de recursos da União para os deputados. Lira está organizando encontros com líderes para convencê-los que o melhor a ser feito é incrementar as emendas de comissão. Desde o início do ano, ele contesta o ritmo de execução das emendas pelo Poder Executivo e cobra a criação de um cronograma de repasses. A iniciativa é refutada pelo governo, que costuma fazer as liberações às vésperas de votações importantes. Fonte: O Globo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

PT avalia manutenção de déficit zero como erro político

Poder Legislativo | 16/11/2023 – 18h47min

Deputados do PT avaliam que o presidente Lula errou ao adiar a revisão da meta de déficit fiscal para março do próximo ano. Havia pressão pela ala política do governo, liderada por Rui Costa, ministro-chefe da Casa Civil, pela revisão imediata da meta para algo entre 0,75% do PIB e 1% do PIB, respectivamente. Como noticiou o Painel S.A., parlamentares do PT tinham apresentado duas emendas, prevendo ambas as metas de déficit. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)

Relator diz que novo tipo de emenda para parlamentares pode ficar para 2025

Poder Legislativo | 16/11/2023 – 14h01min

O relator da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), deputado Danilo Forte (União Brasil-CE), afirmou na quinta-feira (16) que o tipo de emenda parlamentar que seria distribuída proporcionalmente ao tamanho das bancadas partidárias pode ficar para 2025. Danilo Forte disse que houve certa "incompreensão" entre os parlamentares. O parlamentar participou de uma reunião no Palácio do Planalto, com os ministros Fernando Haddad (Fazenda), Alexandre Padilha (Relações Institucionais), Simone Tebet (Planejamento) e líderes governistas no Congresso Nacional. O encontro aconteceu às vésperas do prazo para envio de emendas à LDO. Danilo Forte foi questionado na saída da reunião sobre a possibilidade de criar um novo tipo de emenda, que, na prática, poderia servir como uma substituição às emendas de relator. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

RELAÇÕES EXTERIORES

Acordos e exigências permeiam debates do Brasil com europeus

Poder Executivo | 07/11/2023 – 15h40min

O setor agropecuário brasileiro segue na mira, principalmente do mercado externo, e da União Europeia, em relação a um tema sensível: o desmatamento. Recentemente, o bloco europeu aprovou o Green Deal, que exige que importadores dos países-membros não adquiram alimentos que tenham sido provenientes de áreas desmatadas. Na 28.^a Conferência do Clima da ONU, que será realizada entre 30 de novembro e 12 de dezembro, em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, a produção agropecuária brasileira também estará no foco. Ambos os temas foram discutidos durante o Estadão Summit Agro, realizado dia 8 de novembro, em São Paulo. O secretário extraordinário de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, André Lima, participante do painel, garantiu que o governo federal atual quer “esforço máximo” no combate ao desmatamento ilegal no Brasil. Para ele, uma forma de fazer isso é por meio de incentivos econômicos. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

Setor Comercial Norte, Quadra 1, bloco F, Ed. America Office Tower, sala 128, Asa Norte, CEP 70711-905, Brasília-DF

Tel./Fax: +55 (61) 3327 1289 – home-page: <http://www.foco-legislativo.com.br> – e-mail: foco@foco-legislativo.com.br